

# PROGRAMA URB-AL

REDE 7: GESTÃO E CONTROLE DA METROPOLIZAÇÃO  
Projeto Tipo A

“O ACESSO AO SOLO E À HABITAÇÃO SOCIAL EM  
CIDADES GRANDES DE REGIÕES METROPOLITANAS DA  
AMÉRICA LATINA E EUROPA” .



SÃO PAULO  
Cidade Coordenadora

# ACESSO AO SOLO E À HABITAÇÃO SOCIAL

- ▶ SISTEMATIZAÇÃO CONJUNTA DE INFORMAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E DADOS A PARTIR DE UMA BASE SECUNDÁRIA
- ▶ ENCONTROS LOCAIS
- ▶ ENCONTROS INTERNACIONAIS

## ETAPAS:

1. DIAGNÓSTICO DE CADA CIDADE PARTICIPANTE
2. SÍNTESE DOS DIAGNÓSTICOS
3. DOCUMENTO DE RECOMENDAÇÕES

# CIDADES E ENTIDADES SÓCIAS

## CIDADE SÓCIA

SÃO PAULO (CIDADE  
COORDENADORA) - BRASIL

BARCELONA - ESPANHA

TOSCANA - ITÁLIA

ROSÁRIO - ARGENTINA

BUENOS AIRES - ARGENTINA

## ENTIDADE SÓCIA

Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria Municipal  
de Habitação - Departamento de Regularização do Solo -  
RESOLO

Mancomunidad de Municipios del Área Metropolitana de  
Barcelona - Instituto Metropolitano de Promoción de  
Suelo y Gestión Patrimonial

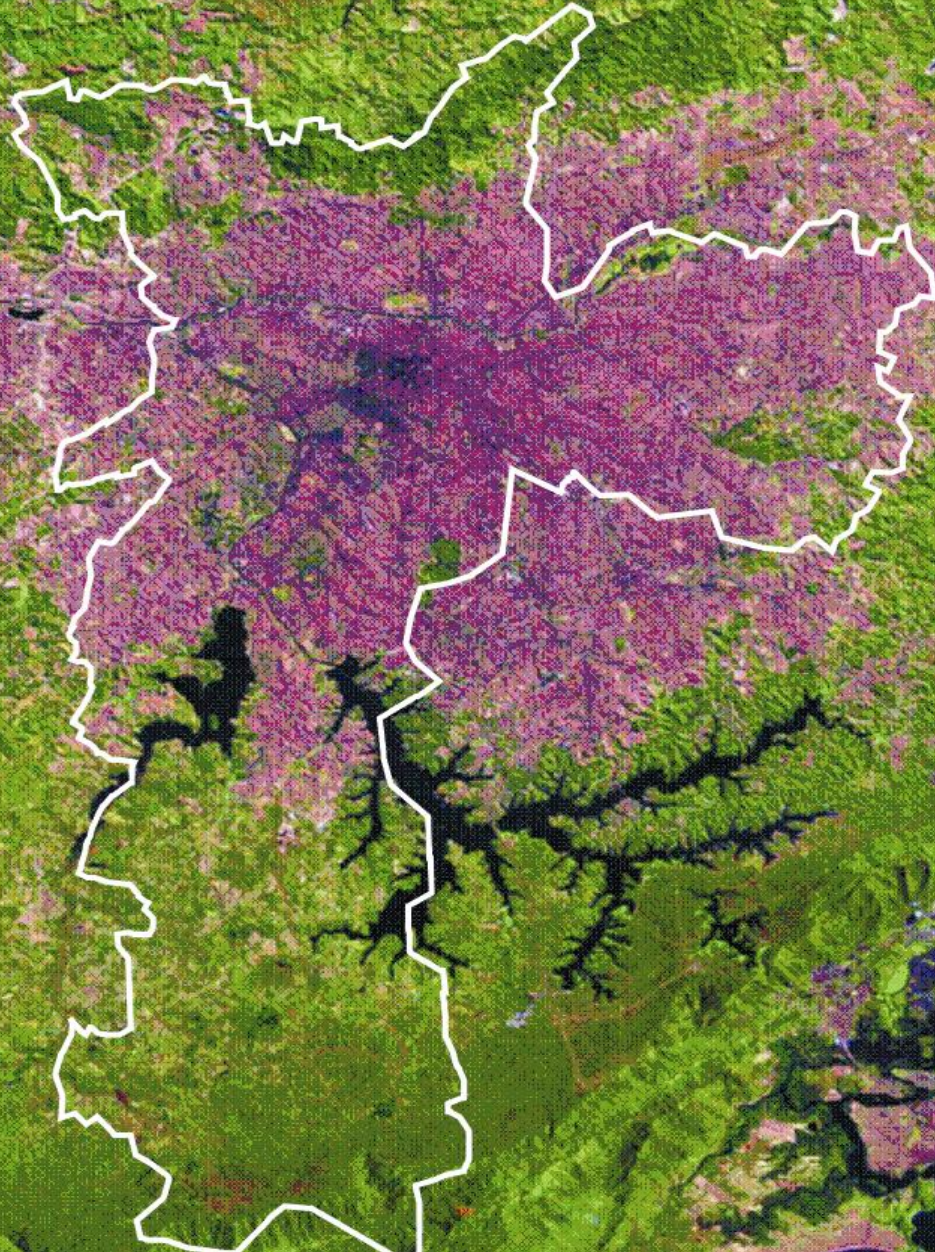
Regione Toscana Direzione Generale delle Politiche  
Territotiali ed Ambientali - Area Politiche Abitative e  
Riqualfizione degli insediamenti

Municipalidad de Rosario - Servicio Público de la Vivienda

Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires



SÃO PAULO - BRASIL





# REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

DIMENSÃO | área de 8.051 km<sup>2</sup>  
engloba 39 municípios

POPULAÇÃO | cerca de 18 milhões de habitantes  
10,5% da população do país  
no município: 10,5 milhões de habitantes

PIB | cerca de 18% do país

DÉFICIT HABITACIONAL | 8,3 % do déficit do país

# ESTRUTURA DO DIAGNÓSTICO DE SÃO PAULO

## INTRODUÇÃO

**PAINEL 1** - Grandeza e expressão da problemática de acesso ao solo e à habitação social na cidade de São Paulo: especificações e escala

**PAINEL 2** - Evolução das políticas urbanas, de acesso ao solo e à habitação social no Brasil

## I. EIXO POLÍTICO - INSTITUCIONAL

1. A Política de habitação e acesso à terra
  - 1.1. No Nível Federal
  - 1.2. No Estado de São Paulo
  - 1.3. No Município de São Paulo
2. Financiamento da Política Habitacional

## II. EIXO JURÍDICO-FUNDIÁRIO

## III. EIXO URBANÍSTICO-AMBIENTAL

## IV. EIXO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

**CONCLUSÃO** - SÍNTESE DA ANÁLISE SOBRE O ACESSO AO SOLO E HABITAÇÃO SOCIAL

# EIXO POLÍTICO-INSTITUCIONAL - GOVERNO



A COMPETÊNCIA É COMPARTILHADA ENTRE UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO

# EIXO POLÍTICO-INSTITUCIONAL - FINANCIAMENTO

## BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO - BNH SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO - SFH

### CONSTRUÇÃO HABITACIONAL NO BRASIL 1964-1986

ANOS	NOVAS UNIDADES CONSTRUÍDAS* (EM MILHÕES) (A) <sup>1</sup>	NOVAS UNIDADES FINANCIADAS PELO SFH	
		(EM MILHÕES) (B) <sup>2</sup>	(EM %) A/B
1964-86	15,5	4,8	25,8

Fonte: (1) PNADs 1978, 1983, 1986; Censos 1960, 1970, 1980

(2) Habitação e Poupança, 1988, maio, p. 16

Extraído de: Arretche, 1990, p. 28.

\*Todos os tipos de habitação (inclusive barracos etc.)



# EIXO POLÍTICO-INSTITUCIONAL - FINANCIAMENTO

## PRINCIPAIS RECURSO FEDERAIS PARA HABITAÇÃO

(EM R\$ 1 MILHÕES)

RECURSOS	2004
FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	4.050,00
RECURSOS PRÓPRIOS CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	1.792,77
FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR	1.180,00
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - OGU	670,48
FUNDO DE AMPARO DO TRABALHADOR - FAT	597,00
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS	542,00
TOTAL	8.832,25

Fonte: Ministério das Cidades, 2004a, p. 20.

**FGTS CONTINUA SENDO PRINCIPAL FONTE DE FINANCIAMENTO**

# EIXO POLÍTICO-INSTITUCIONAL - FINANCIAMENTO

PROPOSTA DE NOVO SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO  
(MINISTÉRIO DAS CIDADES):

- O SUBSISTEMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, COMPOSTO PELOS SEGUINTE FUNDOS:
  1. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)
  2. *FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FNHIS)*
  3. *FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (FAT)*
- O SUBSISTEMA DE HABITAÇÃO DE MERCADO, ENGLOBANDO:
  1. BANCOS MÚLTIPLOS
  2. COMPANHIAS HIPOTECÁRIAS
  3. COMPANHIAS SECURITIZADORAS
  4. COOPERATIVAS DE CRÉDITO HABITACIONAL
  5. CONSÓRCIOS HABITACIONAIS
  6. AGENTES PROMOTORES

# EIXO JURÍDICO-FUNDIÁRIO

- CONFLITO ENTRE LEIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS E AS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES
- CONFLITO ENTRE OS DIFERENTES PARÂMETROS ESTABELECIDOS PARA A MESMA SITUAÇÃO URBANA E A HIERARQUIA ENTRE AS LEIS
- CONFLITO ENTRE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA
- CONFRONTO ENTRE O INSTRUMENTO ZEIS E A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL.
- CONFLITO ENTRE OS DIFERENTES INTERESSES DE GRUPOS SOCIAIS NA DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO
- DESCOMPASSO ENTRE A INTENÇÃO DA LEI E A PRODUÇÃO DA CIDADE
- DISTÂNCIA ENTRE OS DIREITOS ESTABELECIDOS EM LEI E A REALIDADE SOCIAL DAS CIDADES

# A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL E EM SÃO PAULO

- ▶ PASSADO ESCRAVOCRATA
- ▶ EXPORTAÇÃO DO EXCEDENTE
- ▶ PÉSSIMA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
- ▶ HABITAÇÃO NÃO ESTÁ INCLUÍDA NA CESTA BÁSICA
- ▶ A MAIORIA DA POPULAÇÃO NÃO É ATENDIDA NEM PELO MERCADO NEM PELO ESTADO
- ▶ HÁ IMPORTANTES RECURSOS PARA FINANCIAMENTO (FGTS) MAS SOBRAM NOS BANCOS POIS NÃO HÁ TOMADORES HABILITADOS - SEM SUBSÍDIO DIRETO NÃO HÁ COMO UTILIZAR EMPRÉSTIMOS

# 1940

ECONOMIA CENTRADA NO SETOR AGRÁRIO EXPORTADOR

1930 - ESTADO NOVO

**1946 - FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR  
CONJUNTOS HABITACIONAIS IAPs**

41,2 milhões hab  
31% urbana

1,32 milhões hab  
(município)  
3,5% do Brasil

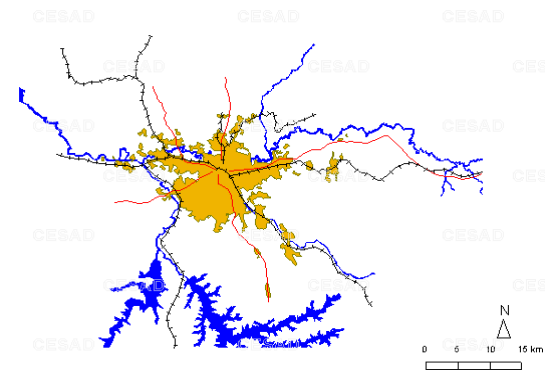
**CORTIÇOS NA ÁREA CENTRAL E MERCADO RENTISTA  
DE HABITAÇÃO**

TENTATIVA DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE  
HABITAÇÕES PRECÁRIAS - AÇÕES DE HIGIENISTAS

1942 - LEI DO INQUILINATO

BRASIL

SÃO PAULO





# 1950

51,9 milhões hab  
36,2% urbana

POLÍTICA NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA

CONTINUAÇÃO DA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR  
ATRAVÉS DOS IAPs, DA CECAP E DA FUNDAÇÃO DA CASA  
POPULAR

2,19 milhões hab  
4,2% do Brasil

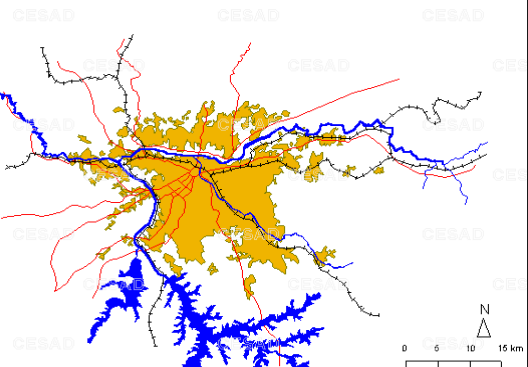
**AMPLIAÇÃO DAS PERIFÉRIAS URBANAS**

MASSIFICAÇÃO DO AUTOMÓVEL

SURGIMENTO DE INDUSTRIAIS, CLASSE MÉDIA URBANA E  
OPERARIADO URBANO

BRASIL

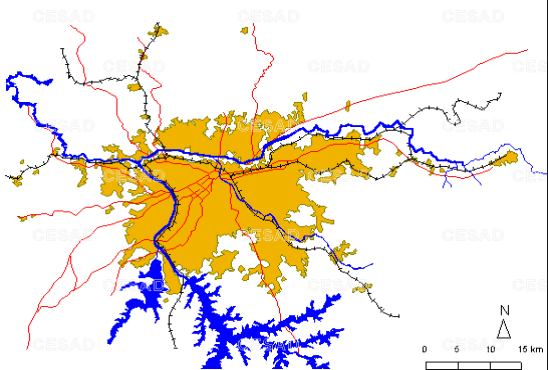
SÃO PAULO



# 1960

70,1 milhões hab  
45,1% urbana

3,78 milhões hab  
5,4% do Brasil



1964 - GOLPE MILITAR  
CERCEAMENTO DOS DIREITOS POLÍTICOS

**CRIAÇÃO DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO - BNH**

**CRIAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS**

CRIAÇÃO DO SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO - SERFHAU

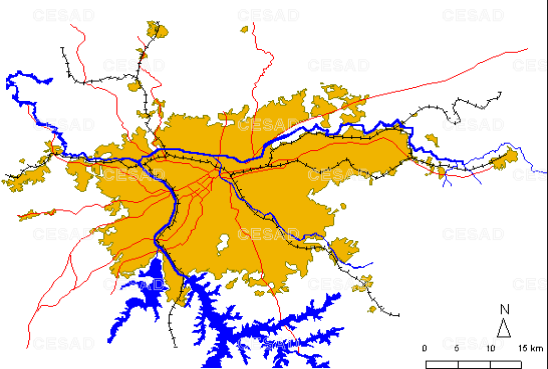
1965 - CRIAÇÃO DA COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO - COHAB/SP

URBANIZAÇÃO CRESCENTE E EXPANSÃO DAS PERIFERIAS  
LOTEAMENTOS CLANDESTINOS E AUTO-CONSTRUÇÃO

# 1970

93,2 milhões hab  
55,9% urbana

5,87 milhões hab  
6,3% do Brasil



**POPULAÇÃO URBANA SUPERA A RURAL**

1973 - CONSTITUIÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS

**1979 - LEI FEDERAL DE PARCELAMENTO E USO DO SOLO URBANO (LEI 6766/1979)**

AMPLIAÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS PERIFERIAS URBANAS

**CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS PERIFÉRICOS**

AUTO-CONSTRUÇÃO NAS PERIFERIAS

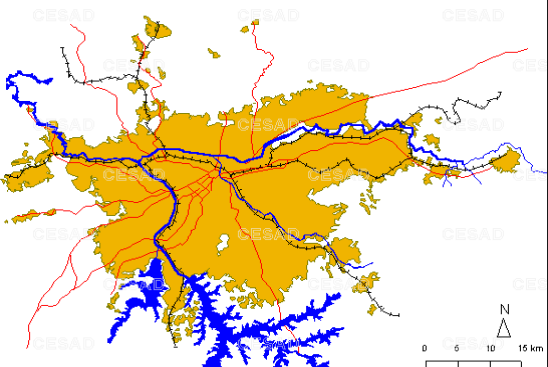
MOVIMENTOS ORGANIZADOS SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL

# 1980

119,1 milhões hab  
67,6% urbana

8,33 milhões hab  
7% do Brasil

Taxa de crescimento  
70-80 = 3,57/ano



1984 - MOVIMENTO "DIRETAS JÁ"  
1985 - FIM DO GOVERNO MILITAR

**1986 - FECHAMENTO DO BNH - BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO E SUA INCORPORAÇÃO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

EMENDA CONSTITUCIONAL DE INICIATIVA POPULAR PELA REFORMA URBANA

**1988 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTs 182 E 183)**

## **AUMENTO DA FAVELIZAÇÃO**

1% DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA E SERVIÇOS - ICMS DO ESTADO PARA O SETOR DE HABITAÇÃO

1989 - PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR E DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS POR MUTIRÃO AUTO-GESTIONÁRIOS

OCUPAÇÃO ORGANIZADA DE TERRENOS PÚBLICOS E PRIVADOS

# 1990

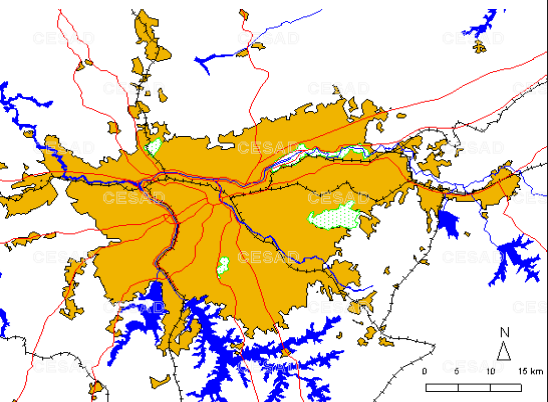
146,9 milhões de habitantes  
(1991)

75,5% urbana

9,41 milhões hab

6,4% do Brasil

Taxa de crescimento  
80 a 91 = 1,11



## INDEFINIÇÃO DA COORDENAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL URBANA E HABITACIONAL

PROGRAMAS COM FINANCIAMENTO INTERNACIONAL

1991 - PRIMEIRO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR  
FUNDO NACIONAL DE MORADIA POPULAR

1994 - PLANO REAL

**40% DOS DOMICÍLIOS DE SÃO PAULO IRREGULARES**

**PERDA DE POPULAÇÃO NAS ÁREAS CENTRAIS**

1993 - PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELA -  
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS E PROGRAMA DE INTERVENÇÃO  
NOS MANANCIAIS (BID)

1997 - OCUPAÇÃO DE EDIFÍCIOS OCIOSOS NA ÁREA CENTRAL  
CONSELHOS DE GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

BRASIL

SÃO PAULO



2000

169,7 milhões hab

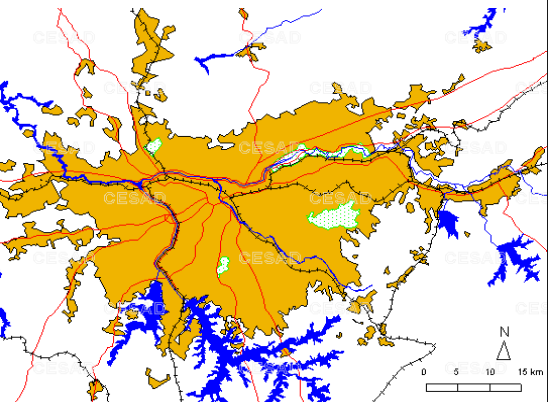
81,2% urbana

9,81 milhões hab

5,7% do Brasil

Taxa de crescimento

90 a 00 = 0,49



**2001 - APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE (LEI FEDERAL 10.257/2001)**

2003 - CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES

2005 - CRIAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

I E II CONFERÊNCIAS NACIONAL DAS CIDADES (2003 E 2005)

2001 - PROGRAMA DE HABITAÇÃO NA ÁREA CENTRAL E PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (BID)

**AGRAVAMENTO DAS SITUAÇÕES DE IRREGULARIDADE E VIOLÊNCIA URBANA**

SÉRIO COMPROMETIMENTO AMBIENTAL EM ÁREA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS E RESERVAS

# DÉFICIT HABITACIONAL ESPECIFICAÇÕES E ESCALA

## 2003 - ESTIMATIVA POPULACIONAL, POR TIPO DE ASSENTAMENTO

RESIDENTES EM				
	FAVELAS*	LOTEAMENTOS IRREGULARES**	CORTIÇOS***	MORADORES DE RUA****
POPULAÇÃO	1.160.597	1.597.986	500.000	10.000

\*Cadastro de Favelas - HABI/CEM, 2003.

\*\* Relatório Diagnóstico dos Loteamentos Irregulares - RESOLO/SEHAB, 2002.

\*\*\* SAS / PMSP, 2004.

\*\*\*\* FIPE, 2003.

NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO ENTRE 1980 E 2000:

POPULAÇÃO CRESCEU A **1,07%** AO ANO

POPULAÇÃO

FAVELADA CRESCEU **5,12%** AO ANO.

A POPULAÇÃO FAVELADA CRESCEU, SOBRETUDO, NA PERIFERIA.

## DÉFICIT HABITACIONAL

expressa a necessidade de construção de novas moradias, em função de reposição do estoque de domicílios existente, ou do incremento desse estoque

## MORADIAS INADEQUADAS

reflete problemas na qualidade de vida dos moradores não relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações, e sim às condições de um estoque dado

## DÉFICIT E INADEQUAÇÃO - 2000

	TOTAL DE DOMICÍLIOS URBANOS	DÉFICIT	% DO DÉFICIT EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOM. URBANOS	INADEQUAÇÃO (%)			
				INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA	ADENSAMENTO EXCESSIVO	DOMICÍLIO SEM BANHEIRO	CARÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA**
BRASIL	37.369.980	4.140.088	11,08	5,82	7,60	8,61	32,09
ESTADO DE SÃO PAULO	9.731.908	718.283	7,38	5,45	9,25	1,27	9,62
REGIÃO METROPOLITANA	4.800.662	343.160	7,15	7,21	12,26	1,25	11,90
MUNICÍPIO DE S. PAULO	2.826.603	188.763	6,68	6,31	10,65	1,06	7,77

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

\* Apenas casas e apartamentos urbanos. Excluídos os domicílios improvisados, mas incluídos os domicílios rústicos.

\*\* Domicílios urbanos que não possuem um ou mais dos seguintes serviços de infra-estrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

### DÉFICIT URBANO

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP) - 8,3% do país

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - 4,3% do déficit do país e 55,0% da RMSP



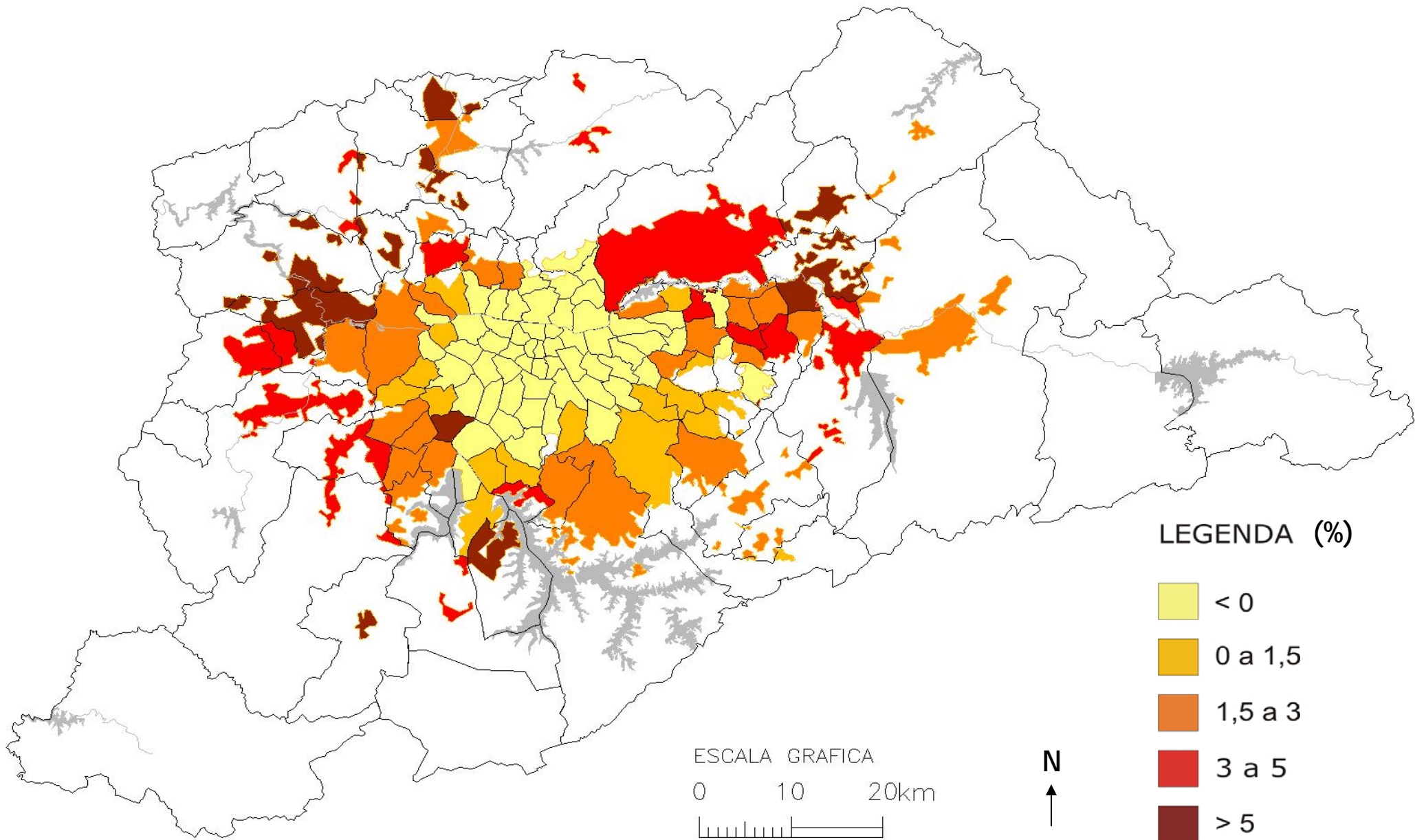
## ESTIMATIVAS A PARTIR DO CENSO 2000

	DÉFICIT HABITACIONAL			DOMICÍLIOS VAGOS		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
BRASIL	5.890.139	4.140.088	175.051	6.029.756	4.580.147	144.609
ESTADO DE SÃO PAULO	773.490	718.283	55.207	1.398.358	1.230.327	168.031
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	360.648	343.160	17.488	674.847	651.707	231.140
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	203.404	<b>188.763</b>	14.641	420.327	<b>402.807</b>	17.520

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

**DÉFICIT HABITACIONAL É INFERIOR AO NÚMERO DE DOMICÍLIOS VAGOS**

# TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL - 1991 a 2000



ESTADO DE SÃO PAULO  
UNIDADES COMERCIALIZADAS POR AGENTES PÚBLICOS 1990 - 1998

		AGENTE PROMOTOR		
		COHAB	INOCOOP	CDHU
TOTAL	342.948	106.165	33.924	202.859

Fonte: Fundação Seade, CDHU, COHABs, Incoops.

A OFERTA HABITACIONAL PÚBLICA NA ÚLTIMA DÉCADA É MENOR DO QUE A METADE DO DÉFICIT

A PORCENTAGEM DO DÉFICIT SOBRE O TOTAL DE DOMICÍLIOS SE MANTEM ENTRE 1991 E 2000

Fonte: fundação João Pinheiro 2005

## DISTRIBUIÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL URBANO (1), POR FAIXAS DE RENDA - 2000

	FAIXAS DE RENDA FAMILIAR MENSAL (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				
	ATÉ 3	DE 3 A 5	DE 5 A 10	MAIS DE 10	TOTAL
ESTADO DE SÃO PAULO	72,6	13,4	9,9	4,2	100,0
BRASIL	82,5	5,8	9,4	2,3	100,0

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000 - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Déficit Habitacional no Brasil 2000  
(1) Exclusive déficit por depreciação.

MAIS DE 70% DO DÉFICIT CONCENTRA-SE ENTRE A POPULAÇÃO URBANA  
NA FAIXA DE RENDA FAMILIAR DE ATÉ **03** SALÁRIOS MÍNIMOS.

SÃO PAULO  
POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITACÃO

# EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO

- ▶ URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS — RESOLO / HABI
- ▶ REFORMA DE IMÓVEIS PRECÁRIOS EM ÁREA COM INFRA-ESTRUTURA URBANA — PROGRAMA MORAR NO CENTRO (SEHAB)
- ▶ PROVISÃO HABITACIONAL — HABI / COHAB
- ▶ MARCO LEGAL DE REGULAÇÃO FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL (ZEIS, utilização e construção compulsória, IPTU progressivo, CDRU, etc.)
- ▶ FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
- ▶ CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

# URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS – RESOLO / HABI

- INFRA-ESTRUTURA URBANA E SANEAMENTO BÁSICO
- REMOÇÃO DE HABITAÇÃO EM ÁREA DE RISCO – PROVISÃO HABITACIONAL
- ACOMPANHAMENTO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
- PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS

# REFORMA DE IMÓVEIS PRECÁRIOS EM ÁREA COM INFRA-ESTRUTURA URBANA - SEHAB

- REFORMA DE EDIFÍCIOS PARA PRODUÇÃO HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PAR, LOCAÇÃO SOCIAL, ETC.)
- DESADENSAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DE CORTIÇOS
- PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
- PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS



# PROVISÃO HABITACIONAL - HABI / COHAB

CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NOVAS POR:

- MUTIRÃO AUTOGERIDO
- EMPREITADA GLOBAL
- COHAB
  
- PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS

# EM SÍNTESE...

## NACIONALMENTE

- FRAGILIDADE NA ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL - DESVINCULADA DO PROJETO ECONÔMICO
- DIFICULDADE DE ATINGIR A POPULAÇÃO MAIS CARENTE, SEJA ATRAVÉS DO DESENHO DE PROGRAMAS E DA POUCA CAPACIDADE DE GARANTIR SUBSÍDIOS PARA O FINANCIAMENTO DA HABITAÇÃO SOCIAL
- ALTO VALOR DA TERRA URBANA, INVIABILIZANDO A AMPLIAÇÃO DA OFERTA E AMPLIAÇÃO DE ATENDIMENTO PELO MERCADO
- EXISTÊNCIA DE UMA LEGISLAÇÃO RESTRITIVA E DE CONFLITOS LEGAIS
- POUCA INSTITUCIONALIDADE DO CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA HABITACIONAL E FUNDIÁRIA

# EM SÍNTESE...

## NO ESTADO E NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

- DESCONTINUIDADE DE POLÍTICAS E PROGRAMAS IMPLEMENTADOS E ALTERAÇÕES DRÁSTICAS NOS ENCAMINHAMENTOS ESTABELECIDOS
- FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RECURSOS SETORIAIS INSUFICIENTES
- AUSÊNCIA OU RELATIVA EFETIVIDADE DOS FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO VOLTADOS À QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL
- DESFAVORECIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NO INVESTIMENTO DOS RECURSOS ESTADUAIS

# DESAFIOS

- REPOVOAR O CENTRO E REDUZIR A EXPANSÃO PERIFÉRICA
- ESTUDAR A QUESTÃO DOS IMÓVEIS VAZIOS – MODALIDADES, MOTIVOS, FORMAS DE PROMOVER OCUPAÇÃO – LEGISLAÇÃO PARA REFORMA, ADEQUAÇÃO À HABITAÇÃO / NOVAS NECESSIDADES, FINANCIAMENTO, TÉCNICAS
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA – PREVENÇÃO DE RISCO: AUTO-CONSTRUÇÃO INCLUSIVE EM FAVELAS EM PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO
- ASSOCIAR SUBSÍDIO, FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE RENDA

# EQUIPE

equipe LabHab FAU USP

coordenação técnica

Profa. Dra. Maria Lucia Refinetti  
Rodrigues Martins

equipe técnica

Ana Paula Guimarães

Juliana Becker

Msc. Karina Leitão

Arq. Luciana Nicolau Ferrara

Msc. Roberta Rodrigues

Arq. Tatiana Morita Nobre

equipe RESOLO / SEHAB / PMSP

coordenação

Ana Sartoretto

técnico administrativo

Hatsumi Miura

técnico

Luiza Harumi Martins

[urbal7sp@usp.br](mailto:urbal7sp@usp.br)

[www.prefeitura.sp.gov.br/rede7](http://www.prefeitura.sp.gov.br/rede7)